



ISSN 1984-5634

NARRATIVAS EXEMPLARES DE UMA VIDA: A CONSTRUÇÃO BIOGRÁFICA DE UM HOMEM VIRTUOSO NA REPÚBLICA (RIHGB - 1925)

Exemplary narratives of a life: the biographical construction of a virtuous man in the Republic (RIHGB – 1925)

LEANDRO ANTONIO DA SILVA¹

RESUMO

Este artigo, inserido na área de estudos da história da historiografia, pretende problematizar os usos biográficos do passado monárquico pelo presente republicano a partir da análise de algumas memórias/histórias desse passado imperial, as quais foram selecionadas e reunidas pelo IHGB no volume comemorativo do nascimento de d. Pedro II na Revista da mesma Instituição em 1925. A noção de *operação historiográfica* será útil para a análise das narrativas apresentadas pela Revista, pois permite compreender tal produção em relação ao seu ambiente institucional, bem como as práticas de escrita que se articulam com as tendências e demandas políticas e culturais da República. A RIHGB teve um papel fundamental na criação das imagens biográficas do Imperador e do seu Império, projetando uma narrativa marcada por uma prática de escrita de tom moralizante e modelar, onde se realizou uma operação seletiva do passado.

PALAVRAS-CHAVE: RIHGB; D. Pedro II na República; história da historiografia.

ABSTRACT

This article, inserted in the area of studies of the history of historiography, intends to problematize the biographical uses of the monarchical past by the republican present based on the analysis of some memories/stories of this imperial past, which were selected and brought together by the IHGB in the volume commemorating the birth of d. Pedro II in the Magazine of the same Institution in 1925. The notion of historiographical operation will be useful for the analysis of the narratives presented by the Magazine, as it allows us to understand such production in relation to its institutional environment, as well as the writing practices that are articulated with trends and political and cultural demands of the Republic. RIHGB played a fundamental role in the creation of biographical images of the Emperor and his Empire, projecting a narrative marked by a writing practice with a moralizing and modeling tone, where a selective operation of the past was carried out.

KEYWORDS: RIHGB; D. Pedro II in the Republic; history of historiography.

EDITORA-CHEFE:

Elisa Schneider Venzon

EDITOR-GERENTE:

Leandro Ferreira Souza

SUBMETIDO: 10/09/2022

ACEITO: 01/12/2022

COMO CITAR:

SILVA, L. A. da. Narrativas exemplares de uma vida: a construção biográfica de um homem virtuoso na República (RIHGB – 1925). *Aedos*, Porto Alegre, v. 16, n. 37, p. 202-223, jun.-set. 2024.

<https://seer.ufrgs.br/aedos/>

¹ Mestrando em História pelo Programa de Pós-Graduação em História pela Universidade Estadual Paulista (UNESP). Financiado pela bolsa de Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Orcid: 0000-0002-7827-2562. E-mail: leandro.antonio@unesp.br

GÊNERO BIOGRÁFICO: UM PROJETO HISTORIOGRÁFICO DA NAÇÃO

No Oitocentos, o gênero biográfico ocupou um lugar de destaque no projeto historiográfico do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB). As narrativas biográficas de homens ilustres desempenhavam o papel de guias exemplares não só para o presente, mas também para o futuro, uma vez que se preocupavam em preservar memórias de um passado nacional que deveriam ser guardadas para a posteridade. Essa historiografia criada pelo IHGB visava eternizar e selecionar passados “memoráveis da pátria” a fim de salvá-los do olvido, operação essa que se colocava como indissociável da fórmula da história como mestra da vida, guardando a função de “testemunha do tempo, luz da verdade e escola da vida” (OLIVEIRA, 2007, p. 159). Grande parte dos brasileiros considerados ilustres tiveram suas biografias estampadas na Revista do IHGB, pois, assim, “teria[m] destacada a sua atuação nos negócios públicos do Império e nos serviços prestados às letras nacionais” (OLIVEIRA, 2010, p. 40). Tais biografias eram acompanhadas de elogios literários e científicos e enfatizavam virtudes morais, que conferiam o grau de exemplaridade às vidas biografadas (OLIVEIRA, 2010, p. 45).

Desde 1839 até o fim do século XIX, a seção da Revista do Instituto voltada às vidas de brasileiros ilustres guardava em sua escrita biográfica “estratégias discursivas” destinadas à fixação de uma memória e ao convencimento dos brasileiros sobre a “natureza heterogênea e compósita” de sua formação social e que partilhavam de um passado, uma mesma origem, uma mesma identidade (CEZAR, 2011, p. 48; OLIVEIRA, 2015, p. 276). Com isso, o projeto de formação de um *panteon* de grandes homens, com enfoque no culto prestado aos varões exemplares, foi pautado por argumentos fundamentados na fórmula antiga *historia magistra vitae*. Os usos biográficos dessas personalidades ilustres se difundiam, guardando um caráter “encomiástico” e “memorialístico” com a intenção de conduzir os modos de agir no presente, a partir das lições morais de homens notáveis, tomados como arautos para os caminhos da nação brasileira.

Em 1889, a fim de cumprir as demandas do novo regime republicano, o IHGB precisava inventar uma nova tradição política para a História de um “novo Brasil”. O empreendimento deveria retomar e articular o passado colonial e imperial, sem desvalorizar o presente Republicano. “[...], o desafio dos historiadores do IHGB era o de tornar palatável uma articulação entre Colônia, Império e República, sem obscurecer as tradições dos primeiros, mas sem ferir o desejo de legitimidade da segunda” (GOMES, 2009, p. 31). Nesse conjunto de mudanças na forma de narrar e escrever a história, as biografias continuavam como formas discursivas essenciais para narrar o passado: preservavam marcas do Oitocentos, trazendo a dimensão do registro modelar, exemplar e moralizante, além de expressarem grande parte das inquietações dos sócios em relação ao futuro da escrita da história na nova atmosfera republicana. Mesmo com a inclusão de novos personagens nas

narrativas biográficas, conferindo um sentido mais crítico ao gênero pautado na fórmula dos antigos, havia ainda a permanência das narrativas biográficas dos grandes personagens (AVELAR, 2020). Exemplo disso é o volume 152 da Revista do IHGB, em que se realizou um apanhado de escritos biográficos publicados pela imprensa carioca acerca de d. Pedro II (1825-1891) em comemoração ao centenário de nascimento do monarca. O volume comemorativo do centenário, composto de textos publicados em jornais no ano de 1925, representou uma iniciativa de construir uma narrativa memorial e historiográfica sobre o Imperador e o Segundo Reinado (1840-1889).

Criada na primeira metade do século XIX, a Revista Trimensal de História e Geografia, posteriormente reconhecida por Revista do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro (RIHGB), desempenhou um papel fulcral na “produção e disseminação do saber histórico”, entendida como espaço de “inovação intelectual” (GUIMARÃES, 2017). Essa Revista contemplava práticas de cunho científico e revelava padrões sociais e culturais próprios de seu tempo, apresentando, em certa medida, traços de modernidade. A RIHGB era um periódico de caráter trimensal e que publicava textos em distintas seções. Após a transcrição das atas das reuniões do Instituto, que correspondia à maior parte das publicações, localizavam-se duas grandes seções, a de documentos e biografias e a de relatos e itinerários de viajantes, seguidas das seções menores, relativas às notícias e memórias. Estes dados se referem à organização do periódico entre 1839 e 1850 (BENTIVOGLIO, 2015, p. 295). Além de almejar um caráter de cientificidade, a Revista apresentava aspectos da tradição iluminista e dava maior atenção às questões de “natureza cortesã”, “homenagens fúnebres”, “deputações enviadas ao Imperador e notícias de eventos a ele relacionados” (GUIMARÃES, 2017, p. 39), o que demonstrava o entrelaçamento entre o IHGB e a monarquia.

Em 1840, o IHGB estava “Debaixo da imediata proteção do imperador” (GUIMARÃES, 2011). O monarca visitava o Instituto histórico com frequência e estava por dentro de todas as discussões. Esse mesmo lugar zelou pela imagem do Segundo Reinado e do Imperador, produzindo grandes considerações sobre ambos. Em vista disso, o Estado imperial auxiliava a instituição financeiramente. O entrelaçamento entre a monarquia, na pessoa do Imperador, e o Instituto histórico esteve presente para além do Segundo Reinado e se manteve na República, como muito se evidencia pela publicação do volume comemorativo do centenário de nascimento de Pedro II.

A Revista comemorativa reuniu textos de variados periódicos e autores ligados à política e à administração, e também às ciências e às letras. Autores selecionados que participaram dessa edição comemorativa, em grande parte, nasceram e viveram sua juventude no Império e foram testemunhas da transição política de um regime a outro. Já outros, embora tivessem nascido no Império, passaram sua juventude na República e possivelmente conviveram com as memórias de grupos familiares e do grupo social de pertencimento, acerca do Imperador e do Segundo Reinado. Cabe destacar que a Revista selecionou setenta e nove letrados, considerando que diversos autores

tiveram mais de um texto publicado. Entre os autores destacam-se: Assis Chateaubriand (1892-1968), Wenceslau Braz (1868-1966), Ramiz Galvão (1846-1938), Agenor de Roure (1870-1935), Alfredo Nascimento (1866-1951), Afonso Celso (1860-1938), Carlos de Laet (1847-1927), Oliveira Lima (1867-1928), Max Fleiuss (1868-1943), Afonso Taunay (1876-1958), Oliveira Vianna (1883-1951), Capistrano de Abreu (1853-1927), Tobias Monteiro (1866-1952), Humberto Campos (1886-1934), Maria Eugênia Celso (1886-1963) e outros. Sobre as marcas do processo de trabalho que permearam a construção da Revista, lançando-se atenção aos aspectos técnicos do impresso, observa-se que o seu formato é de um livro, com um número de páginas que chega a 1.187, sem iconografia, páginas amareladas, com um tipo de papel fino, parecido com o papel jornal, com letras miúdas semelhantes ao formato *Times New Roman*. A capa e contracapa são simples, em cor vermelha e laranja, sem nenhum detalhe, e o conteúdo publicado na Revista já havia sido previamente editado em outros periódicos. Na lombada aparece em detalhe azul escrito por cima em amarelo-ouro o nome: Revista do Instituto Histórico, abaixo o número do tomo, 98, e, logo mais abaixo, aparece a sigla F. A. U.. O extenso volume foi coordenado por João Pandiá Calógeras e precedido de quatro editoriais assinados por Wenceslau Brás e Epitácio Pessoa (ex-presidentes da República), Cândido Rodrigues e Assis Chateaubriand (dirigentes do *O Jornal*). Não menos importante, cabe destacar que a produção desta Revista é tributária de um programa comemorativo lançado pelo IHGB sob a responsabilidade de Max Fleiuss em dezembro de 1922, com a intenção de contribuir para o *corpus* biográfico do Imperador.

Dividido em duas partes, o volume comemorativo reúne na primeira parte dois capítulos, que reproduzem artigos publicados no número especial d' *O Jornal*, e, na segunda parte, são reunidos artigos publicados no *Correio da Manhã*, *Correio Paulistano*, *Do imparcial*, *Jornal do Brasil*, *Jornal do Commercio*, *O Estado de São Paulo*, *O Globo* e *O Paíz*. No capítulo I, intitulado *D. Pedro Segundo*, são agregados 29 textos e o capítulo II, intitulado *O homem público e os problemas*, contém 26 textos. A segunda parte — *ARTIGOS DE OUTROS JORNAES* — reúne 45 artigos, textos em jornais e discursos. Ao todo, essa edição da Revista abriga 100 textos que visam narrar e comemorar a existência do Imperador e de seu Império.

Esse volume produziu, no tempo presente republicano, imagens do passado monárquico a partir, sobretudo, da construção biográfica do Imperador d. Pedro II, apresentado, em grande medida, como uma personalidade exemplar, virtuosa, bondosa e sábia. Nesse sentido, o objetivo do texto é problematizar os usos biográficos do passado imperial pelo presente republicano tomando como base a seleção de algumas memórias/histórias² deste passado que se mostraram sedutoras ao

² Compreendemos haver diferença entre memória e história, porém tomamos a noção de memória e história pelos seus pontos de intersecção (RICOUER, 2007), já que pela narrativa apresentada na Revista, a memória se confunde com a história e vice-versa.

tempo presente e foram escolhidas dentre as publicações da imprensa para serem também reproduzidas em um volume comemorativo do nascimento do Imperador na Revista do IHGB. A noção de *operação historiográfica* (CERTEAU, 2011) será uma reflexão útil à análise das narrativas apresentadas pela Revista de modo a compreender essa produção em relação ao seu meio institucional, que se articula com as tendências e demandas políticas e culturais da República, além de compreender as técnicas, regras e métodos pensados pelo lugar social, isto é, a Revista do IHGB. Assim, por meio deste estudo buscamos compreender como tais imagens criadas pelos escritos biográficos de d. Pedro II visaram construir sentido para o agir no presente republicano tendo em vista as ações do Imperador no passado monárquico, por meio das principais narrativas reunidas no volume comemorativo da RIHGB em 1925.

Primeiramente serão destacados os textos que evidenciam o papel da comemoração na construção das imagens biográficas do monarca. Em seguida, será feita uma análise sobre os demais textos e discursos que foram responsáveis pela edificação da imagem de d. Pedro II, bem como serviram como prescrições ordenadoras para as formas de agir, através da narrativa exemplar e singular desta vida, sustentada pela Revista do IHGB.

AS CONSTRUÇÕES DE IMAGENS E A INSTRUÇÃO PARA AS FORMAS DE AGIR

Os discursos laudatórios e elogiosos que forjaram a imagem imperial são recorrentes e repetitivos nas narrativas deste periódico. Tais discursos fizeram parte dos métodos de escrita do corpo social da Revista, ou seja, as narrativas laudatórias, elogiosas e repetitivas foram um recurso estratégico utilizado pelo periódico para trazer esse passado para o presente. O conjunto de escritos biográficos do Imperador conserva uma trajetória exemplar do monarca, expressa pelas suas ações e condutas virtuosas que, em grande medida, deveriam ser seguidas ou imitadas pelo corpo civil republicano. Estampada com grande recorrência nas páginas da Revista, a exemplaridade foi uma tópica incontornável, se mostrando como uma chave de leitura que parece demonstrar a presença do topos *historia magistra vitae*³, o que não significa negar o tempo da modernidade no Brasil republicano e muito menos na historiografia brasileira do século XX.

Para compreender como as imagens biográficas de d. Pedro II visaram construir sentido para o agir no presente republicano, primeiramente cabe refletir sobre o papel da comemoração na construção da imagem de Pedro II. O excerto a seguir, extraído da Revista, originalmente publicado no *Jornal do Commercio*, intitulado “O Centenario de Pedro II” e de autoria anônima, evidencia a comemoração do centenário de nascimento de Pedro II, marcado por grandes elogios e reconhecimento de grandes feitos do Imperador.

³ Há persistência ou fragmentos desta temporalidade difusa com outras camadas, ou “estratos temporais” em diferentes profundidades e velocidades que se transformaram e se diferenciaram uma das outras (KOSELLECK, 2014, p. 19).

O BRASIL COMMEMORA O NASCIMENTO DO GRANDE IMPERADOR, CONSOLIDADOR DA NACIONALIDADE — O ESTADISTA, O SABIO, O PATRIOTA — OS SEUS SERVIÇOS — AS CEREMONIAS E AS FESTAS DE HOJE (*Jornal do Commercio*, 1925, p. 537).

Segundo o jornal, no século XIX, a nação estava sob a responsabilidade do Imperador que geriu a obra de “unidade” e “construção da ordem” (*Jornal do Commercio*, 1925, p. 538). Foi d. Pedro II uma figura essencial da história, tido como o “consolidador da nacionalidade” e a ele se atribuiu singelos elogios, como “sábio”, “patriota” e “estadista”. Como figura central da história, apresentou um papel decisivo e fundamental para os rumos da nação. A partir do caráter comemorativo presente na escrita deste texto, é possível identificar uma revisitação ao passado monárquico, no qual Imperador é exaltado pelos seus “grandes feitos” em prol da nação. Destaca-se, aqui, os usos de um passado monárquico pelo presente da República, usos estes mobilizados através da biografia do Imperador e que guardaram uma relação com o lugar social – a Revista – que organizou e selecionou tais narrativas a serviço daquele tempo.

As homenagens que se prestaram em prol da memória do Imperador eram alimentadas por um espírito superior a qualquer “paixão partidária”, o que pautava tal espírito eram as aspirações nacionais e os homens mais notáveis da história. O monarca era considerado digno por suas ações, pureza, sabedoria, nobreza e espírito culto, como destaca Mesquita Pimentel (1871-1931) no texto “D. Pedro II”. Os homens republicanos contemplavam-no como “impoluto chefe de Estado” e “homem de bem” (PIMENTEL, 1925, p. 566), e sua ação é narrada como “profícua e meritória”, projetando a figura de um grande homem que transmitiu valores de geração para geração.

Como se observou, o espírito que fomentou a glorificação do Imperador a partir de uma série de elogios se colocava como superior a qualquer conflito de interesse. Tal espírito foi alimentado por aspirações nacionais e por destacados homens ilustres. Nas palavras de Pimentel, os homens republicanos viam em d. Pedro II a imagem de um grande chefe de Estado e homem de bem. O letrado toma o monarca como figura responsável por gerir as obras da nação, sendo possível reconhecer as suas virtudes políticas. No tempo em que governou, foi a figura que mais concentrou poderes, ninguém no Brasil deteve tanto poder. No sentido de problematizar as virtudes exaltadas, a discussão bibliográfica sobre a temática referente a concentração de poderes do monarca, aponta que esses poderes foram utilizados para “moderar, imobilizar e até quebrar as reformas mais importantes para a modernização do país” (HOLANDA, 2010, p. 141 Apud CEZAR, 2018, p. 85).

A vida do Imperador é marcada por múltiplas experiências, e a série de adjetivos associados à sua construção biográfica procura exaltar suas grandes realizações em prol da obra nacional e apresenta-lo como um exemplo de governante. Sua biografia parece assumir a função de um espelho para as instituições e autoridades políticas da Primeira República, uma vez que tal regime estava marcado por uma série de problemáticas políticas e sociais como fraudes eleitorais, clientelismo,

desigualdades regionais e entre outros (VISCARDI; ALENCAR, 2016, p. 11). No que tange aos usos biográficos do monarca pelo presente republicano, não se observa somente uma união entre passado monárquico e presente republicano, mas também entre presente e futuro, reflexão essa que remete às virtudes do modelo de vida exemplar, voltada ao ensino e edificação dos corpos e mentes.

O texto “O maior dos brasileiros”, de Antônio Candido Rodrigues (1850-1934), enaltece o papel do centenário comemorativo de nascimento de Pedro II, tecendo uma série de elogios dirigidos ao Imperador como o mais “lívido representante da realeza”, o “saudosos Chefe da Nação Brasileira”, além de “bom e magnânimo” (RODRIGUES, 1925, p.11). Responsável por guiar a nação pelo caminho da honra e progresso, Pedro II despertou nas outras nações “civilizadas” o sentimento de admiração, respeito e amor.

Percebe-se que a comemoração exerce um papel de volta ao passado imperial e resgata para o presente imagens que contribuem para honrar a figura do monarca. Esse evento comemorativo no presente faz usos do passado monárquico a fim de contribuir para o presente daquele tempo. Esse ato tão singelo e singular da comemoração se traduz em um momento de lembrar e reviver a memória do passado monárquico, marcado por valores e acontecimentos que deviam ser lembrados como exemplares. Através desse ato comemorativo evidenciado pela escrita, a sua conduta exemplar é ressaltada pelo letrado Antônio Rodrigues, que o classifica como “guia do seu povo” e o concebe como um dos “maiores vultos” do século em que viveu, reconhecido pela “cultura de seu espírito” e pela “vastidão de seus conhecimentos” (RODRIGUES, 1925, p.12). A figura exemplar do Imperador expressa-se pela capacidade do mesmo em apresentar uma noção clara dos “altos deveres” e “responsabilidades” as quais deveria cumprir. Outra questão que demonstra a sua exemplaridade era a sua “coragem” e “resignação” frente aos sofrimentos e dificuldades que se apresentavam durante o tempo em que governou (RODRIGUES, 1925, p.13). No ato de construção da biografia de d. Pedro II há uma tentativa de projetar nela a noção de exemplaridade acompanhada de demasiados elogios, os quais conformaram a prática de escrita do corpo social da Revista.

Idealizada como símbolo da esperança de continuidade do Império, a imagem de d. Pedro II foi construída para fazer crer que ele guardava um sentimento intrínseco com a nacionalidade local, demonstrando um forte sentimento patriótico, como foi referido por Alfredo Nascimento (1866-1951) no texto “O patriotismo do imperador”. O sentimento patriótico do monarca identificava-o como “grande brasileiro” (NASCIMENTO, 1925, p. 134), tomado por um santo amor à pátria. Quando o Imperador era ainda jovem, em processo de formação do caráter e do “espírito lúcido e perspicaz”, o Brasil enfrentava intensas e longas revoltas, posteriormente conhecidas como Cabanagem (1835-1840), Sabinada (1837-1838) e Balaiada (1838-1841), que dificultavam a formação da nacionalidade brasileira. No início de seu reinado, imbuído de um sentimento patriota, o jovem monarca pacificou a revolta que acontecia ao sul do Império - Revolta dos Farrapos (1835-1845). Com sua arma

patriótica, isto é, a sabedoria do monarca, “[...] tendo de um lado a clemência que perdoa, e de outro a espada de Caxias que tudo vence” conseguiu estabelecer a paz no interior do país, marcado por um progresso que fez chegar a uma “excepcional democracia” (NASCIMENTO, 1925, p. 134).

Além da pacificação e estabilização do Império, o letrado evidencia que o patriotismo de Pedro II se mostra pelas viagens que realizou nas províncias do sul, do litoral e interior do país.

O patriotismo do monarca assim desde cedo posto em evidencia, despertou-lhe a curiosidade de conhecer de visu a terra que o destino confiara á sua solitudine, e já em 1845, em companhia da imperatriz Tereza Christina que desposara em 1843, partia em excursão ás provincias do sul, percorrendo no litoral e no interior (NASCIMENTO, 1925, p.184).

Nas viagens que ele empreendia por todo o Brasil, era recepcionado com saudações bem calorosas, algo que fazia parte da sua estratégia para o fortalecimento do poder monárquico, e não só porque era movido por um sentimento patriótico. Através dessas viagens, a realeza encarnada na figura do monarca não apenas ganhava maior visibilidade, como também “simbolicamente” tomava controle do vasto território. “Ver e ser visto” era uma estratégia que implicava unificar, a nação” (SCHWARCZ, 1998, p. 104). Tal empreendimento de visitar todas as partes da nação contribuiu para a construção da imagem do “monarca itinerante”, imagem essa presente nas páginas impressas da Revista.

As atividades exercidas em âmbito nacional, como trabalhos administrativos, realização de festividades, exposições, sessões literárias, científicas e conferências mostravam o quão patriota era o Imperador. O seu empenho patriótico se manifestava pelo fomento à “cultura das letras, artes e sciencias [...]”, isto é, seu fomento às áreas do conhecimento mostravam o seu elevado nível intelectual (NASCIMENTO, 1925, p. 138). O rei patriota investiu em um projeto que pretendia conferir independência cultural à nação, através de uma intensa produção cultural que se deu pelo incentivo e apoio financeiro aos “poetas, músicos, pintores e cientistas”, isto é, as artes, pretendendo gerar o “fortalecimento da monarquia e do Estado” (SCHWARCZ, 1998, p. 127).

O patriotismo é um aspecto elementar e recorrente a imagem do Imperador. O sentimento aparece ligado à força do monarca em pacificar as revoltas que colocaram a organização do Império em risco, bem como às viagens que o mesmo faz por todo Brasil, às atividades administrativas realizadas e ao fomento às letras, artes e ciência. Como se observou, há a construção de um modelo de homem que aparece indissociável do patriotismo, o que parece demonstrar que a projeção da imagem do “rei patriota” traz algum ensinamento cívico para a República naquele presente. A prática de escrita mobilizada nesta operação de construção biográfica do Imperador se pautou na seleção de passados, atribuindo a d. Pedro II protagonismo no desencadeamento dos fatos narrados, criando a imagem do Imperador patriota.

O “Imperador tolerante” é outra imagem que parece contribuir para a formação desse modelo de soberania e virtude, como destacado por Tobias Monteiro (1866-1952) no texto intitulado “A tolerancia do imperador”. A tolerância, contemplada como a “mais rara virtude política” de d. Pedro II, foi expressa em grande medida por ele, que mesmo dotado de forma inviolável e do sagrado direito divino de governar, preferiu ser tolerante ao invés de praticar perseguições e ações de brutalidades contra os que eram contrários ao seu governo. Segundo Monteiro, a tolerância era o princípio que o norteava para a resolução de conflitos, sem atitudes violentas. Essa virtude era tamanha que em algumas revoltas populares dispunha-se a conversar com o povo, ouvindo-o e fazendo promessas na tentativa de solucionar os problemas.

Considerando que o monarca apresentou no passado o grande e raro exemplo de tolerância, Monteiro apresenta-o como um modelo que, caso não se consiga atingir, ao menos deve ser imitado. Essa virtude política, a tolerância, foi a chave a qual sustentou o seu reinado por mais de quarenta anos. O caráter virtuoso e exemplar do Imperador demonstra uma trajetória de vida que deveria ser seguida, evidenciando uma lição de vida, questão que interessou à Revista construir.

Tão grande e raro exemplo de tolerancia dever ser apresentado como modelo, se não para atingir, ao mesmo para imitar. [...]. Dir-se-ia dever tamanha tolerancia levar a frouxidão e produzir sem demora a queda desse monarcha. Entretanto, foi ella, certamente, o seu sustentáculo por mais de quarenta annos, após vinte e seis de revoluções, sedições e motins, desencadeados desde o primeiro reinado e a regencia até o momento em que, com o espírito já formado, elle começou a ser a inspiração permanente da política (MONTEIRO, 1925, p. 160).

Essa figura tão virtuosa guarda relações bem próximas com a vida de heróis antigos no discurso hagiográfico, à medida que a apresentação do Imperador como um homem virtuoso se aproxima à da vida de um santo. Verifica-se pelas narrativas reunidas na Revista testemunhos de uma vida singular, em que há a preponderância de um “caráter exemplar”. A construção da figura virtuosa do monarca fornece um conjunto de exemplos, trazendo a representação moral de uma vida que se não atingida, ao menos deveria ser imitada, como apontado por Monteiro.

Considerando a vida desse homem virtuoso, a nação deveria honrar-se pela existência de um chefe tão exemplar. Pela narrativa de Monteiro, a vida de Pedro II é uma “licção de devotamento á causa publica e sobretudo á liberdade” (MONTEIRO, 1925, p. 161). Essa história, segundo o autor, deveria perpetuar-se para a posteridade, indicando uma vida valorosa a qual deveria ser seguida pelos que ainda estão por vir. As boas concepções, os nobres gestos, condutas cavalheirescas, virtuosas e morais norteavam as direções do ser e o agir humano.

A crença na história como instrutora e pedagógica é, muitas vezes, reafirmada: “A marcha é para a frente, o rumo é o futuro; mas de tempos em tempos é grato volver o olhar sobre o percurso feito; [...] para inspirar-nos na experiencia nelle adquirida e retemperar a coragem de ir além [...]” (MONTEIRO, 1925, p. 161). A experiência do passado é reafirmada como guia para a marcha rumo ao futuro. Há aqui os usos de um passado mobilizado através de uma vida exemplar a serviço do

presente, de modo a ensinar e instruir a conduta de outrem. A exemplaridade do monarca figura pela narrativa um “tipo específico de aprendizado” (ARAUJO, 2011, p. 138) lançando “prerrogativas morais” as quais se relacionam com a inquietação dos princípios que deveriam ordenar “pragmaticamente a sociedade” para fazer cumprir “seus fins superiores” (ARAUJO, 2011, 141). Por meio da construção dessa vida, há indícios de uma história magisterial que se refere ao conhecimento exemplar que se evidencia pelo processo histórico real em que se dá o aprendizado. É a partir do processo histórico de ilustração da vida do Imperador que é possível aprender.

O aspecto da exemplaridade na biografia de Pedro II também é identificado no texto “D. Pedro II”, de Mário de Alencar (1872-1925), o qual apresenta o monarca como um modelo de excelência moral e política de seu tempo. Teria sido ele um “grande padrão de mérito, da força, da abnegação, e, portanto, da glória do povo passado” (ALENCAR, 1925, p. 173). O grande papel histórico desempenhado por d. Pedro II, como destacou o texto publicado no *Jornal do Commercio*, se associa à grandeza do monarca pela sua ação social, função benemérita em agir para a civilização brasileira através do investimento nas letras e artes.

Esse homem, grande por sua acção social, illustre por seus feitos, figura central na nossa historia pela funcção que exerceu no periodo de consolidação, benemerito da civilização brasileira, das nossas lettras e artes, patriota incorruptível, consciencia recta e severa, brasileiro que honrou a sua raça o seu novo, merece de todos os seus patrícios todas as homenagens, todas as glorificações (*Jornal do Commercio*, 1925, p. 555).

O ensinamento cívico de uma vida exemplar deve ser dissociado de qualquer pretensão política de propaganda monárquica, como é colocado no seguinte excerto: “Não pôde haver nesse pleito, no ensino cívico que representa a recordação de uma vida exemplar, nenhum intuito de propaganda monarchica, pois não há no Brasil mais questão monarchia” (*Jornal do Commercio*, 1925, p. 555). Considerando que havia um movimento de recordação do Imperador, bem como a reabilitação da sua imagem na República, existia a intenção de separação do Imperador em relação ao regime monárquico. Em outras palavras, o rei destronado era glorificado, mas não o regime monárquico (SCHWARCZ, 1998, p. 508). Nesse sentido, a Revista, como um lugar social de produção dessa história, busca narrar essa vida exemplar, mas institui regras e interditos para não tomar neste preito alguma proposição política em prol da monarquia. Além da tentativa de se distanciar da glorificação do Imperador como uma causa política, observa-se que a biografia de d. Pedro II foi atravessada por traços de exemplaridade e ações virtuosas, comparado a um livro instrutivo que transmitiu uma lição moral de ser e agir como um cidadão brasileiro, operação essa, a qual interessou à Revista empreender.

No período que governou, d. Pedro II teria servido como “bom exemplo” aos seus súditos e ao seu tempo, como mostra Alfredo Balthazar da Silveira⁴ no texto “D. Pedro II defensor da unidade nacional”. Magnânimo e sábio, incentivou em seus “patrícios” o gosto por aspectos culturais, como os estudos da língua, a apreciação das histórias nacionais e a compreensão da beleza sobre o nacionalismo (SILVEIRA, 1925, p. 574-575). Dignificou o próprio trono e glorificou o seu povo, o que justificava, para Silveira, a comemoração do nascimento do Imperador, devido às esclarecidas qualidades e manutenção da integridade nacional. Percebe-se que o autor tenta justificar o caráter comemorativo do nascimento do monarca de modo que a construção de uma imagem imperial não estivesse ligada somente a uma figura política responsável por defender a unidade territorial, mas também à sabedoria e aos estudos.

A representação de d. Pedro II como um homem associado à sabedoria, aos estudos e interessado na ciência e cultura, como colocado anteriormente por Silveira, culminou na construção de um grande símbolo: o de “professor dos brasileiros” (FAGUNDES, 2017, p. 294). As representações criadas procuravam forjar a imagem do “‘mecenas’, do ‘rei filósofo’, do ‘amante das letras’, enfim, do monarca simplório, cuja maior aspiração [...] consistia em ser apenas um prosaico ‘mestre-escola’ (GUIMARÃES, 2009, p. 74). Tais elementos se mostram marcantes na construção biográfica do Imperador pela RIHGB como um homem intelectual e ligado às letras.

Visto como uma figura de “alta expressão intelectual”, Pedro II teve grande participação e envolvimento com o mundo das letras e ciências, como pontua Laudelino Freire (1873-1937) no texto “Pedro II e o conceito universal em que foi tido”. Em razão das conferências as quais ministrava na Europa, foi reconhecido pelos juízes como um monarca de “esclarecido espírito na sciencia” e com grande amor à civilização. Freire traz então ao texto menções ao imperador já feitas por outros autores e/ou personalidades. O cientista francês Pasteur (1822-1895) o havia chamado de “homem de sciencia” (FREIRE, 1925, p. 867), enquanto o naturalista inglês Charles Darwin (1809-1882) asseverara que Pedro II “tanto fez pela sciencia, que todo o sábio lhe deve o mais profundo respeito”. O príncipe Adalberto da Prússia (1884-1948) apresenta o jovem soberano como um grande talento para a arte, especialmente para a pintura, além de mencionar seu profundo interesse pelo que é grande e nobre. Já o filósofo prussiano Friedrich Nietzsche (1844-1900) apresenta-o como o “grande philosopho”, tido como um homem extraordinário (FREIRE, 1925, p. 868). Percebe-se que no ato de montagem dessa narrativa de vida exemplar e gloriosa, Freire mobiliza discursos de autoridades do campo científico e filosófico para fazer crer na imagem do Imperador intelectual associado ao mundo das letras e da ciência.

Sem perder de vista a tópica da exemplaridade, Afonso Celso (1860-1938), no texto “Gloria ao magnânimo”, apresenta que ao longo de meio século d. Pedro II foi um “funcionário público

⁴ Sem informação referente ao ano de nascimento e morte do autor.

exemplar”, desempenhou suas atividades com grande zelo e teve escrúpulo em suas pesadas obrigações, as quais se mostraram extraordinárias e admiráveis. Semelhante a Plutarco (46-120 d.C.), Celso narra a vida do Imperador como um modelo de soberano, sem grandes erros e deslizes. A figura do monarca é colocada em comparação com alguns vultos passíveis de integrarem uma galeria de heróis, como o político ateniense Péricles (490-429 a.C.), o militar e político romano Júlio César (100-44 a.C.), o imperador romano Augusto (63 a.C.-14 d.C.), o imperador romano Marco Aurélio (121 – 180) e destacados reis como Henrique IV (1553-1610) e Luís XIV (1638-1715), da França, e Frederico II (1712-1786), da Prússia. Entre todos eles, d. Pedro II foi construído como um retrato exemplar de soberano, um modelo quase universal. Para tanto, Afonso Celso monta uma galeria de heróis, composta por personalidades proeminentes da política, como imperadores e príncipes do Ocidente, e os compara com a vida de Pedro II, de forma a ressaltar a singularidade de sua trajetória.

Celso vê na biografia do monarca, metaforicamente, uma espécie de “pedagogia civil”, ou melhor, uma “escola”, uma fonte de ensinamentos para todo o país:

Escola de Pedro II! que magnifico programma:
Permita Deus que todos nós possamos sempre dizer alunos dessa escola, sendo ella fonte permanente de ensinamentos para o paiz inteiro: Escola de Pedro II, isto é, escola do trabalho, do patriotismo, do austero cumprimento do dever! (CELSO, 1925, p. 789).

Como observado, a metáfora “escola de Pedro II” associando a vida do monarca à escola revela uma fonte de ensinamentos, com destaque para o trabalho, o patriotismo e o cumprimento de deveres. Esses aspectos colocados por Afonso Celso projetam na imagem de Pedro II a exemplaridade em relação ao bom desempenho no trabalho, em ser um exímio patriota e responsável em cumprir com os seus deveres. Contribuindo para essa ideia sobre o modelo de exemplaridade, William Ewart Gladstone (1809-1898) – estadista britânico e político liberal, citado no texto “Desvelado e magnânimo”, de Lauderino Freire – afirma que em d. Pedro II estaria o modelo de soberano e, considerando a sua dedicação e disposição no desempenho dos seus deveres, o classifica como uma figura majestosa, “symbolo do saber, do civismo e da virtude” (FREIRE, 1925, p. 869). Assim, é possível refletir sobre a relação que essa lição de vida moral guarda com a República em contraposição ao caciquismo eleitoral, o clientelismo, corrupção e censura praticadas pelas autoridades do período republicano (VISCARDI; ALENCAR, 2016).

No século XIX, o Imperador foi considerado uma das “personificações mais gloriosas”, figura dignificadora e “repleto de virtude moral”, idealizado como “guia” e “pae” da nação, e sua memória exemplar não pertenceu unicamente à nação, mas ao tempo em que viveu, isto é, o século em que foi “lustre” e “honra”. Significou para o “Novo Mundo” o mais respeitado representante, figura que

se inscreveu no “Pantheon de heroes”, contemplado como o maior herói da história do país (FREIRE, 1925, p. 829-827).

Tanto as instituições do Brasil Império quanto da República se dedicaram às construções de heróis e homens de grande notoriedade, extraindo dos mesmos exemplos de virtudes morais, cívicas, intelectuais e políticas as quais se voltaram para a edificação da nação. O conceito de herói, para além do significado de grande homem, pode se referir ao indivíduo cujos feitos perpassam os limites do seu tempo de existência. D. Pedro II foi considerado um grande herói pertencente ao “panteão vivo” (ENDERS, 2014, p. 353). Para além do Segundo Reinado, a fabricação da imagem do Imperador perpassou toda a República, se constituindo como exemplar para todos (ENDERS, 2014), como se verifica nas narrativas presentes nesta discussão pela Revista do Instituto Histórico.

A inscrição de Pedro II na galeria de heróis demonstra um processo curioso de reabilitação da imagem do Imperador na República. Na Festa do centenário da Independência do Brasil, Pedro II é nomeado como o “herói nacional” (SCHWARCZ, 1998, p. 503). Há, com a República, a criação de um novo panteão de heróis, formado não só por personalidades republicanas, mas também monárquicas, como o próprio d. Pedro II, que aparecia entre Tiradentes, Deodoro e Rui Barbosa (SCHWARCZ, 1998, p. 504). Sobre os heróis, cabe refletir que esses nada mais são do que “símbolos poderosos”, “encarnação de ideias”, fonte de aspirações capazes de estabelecerem uma “identificação coletiva”, além de “instrumentos eficazes para atingir a cabeça e o coração dos cidadãos a serviço da legitimação de regimes políticos” (CARVALHO, 2017, p. 58). Dessa forma, há uma preocupação da Primeira República com a construção de um panteão cívico a fim de projetar uma fisionomia para a nação naquele momento, tendo em vista que enfrentava dificuldades na legitimação de seus símbolos políticos e culturais. Para isso, era preciso formar personalidades condutoras para guiar os rumos da nação no presente a partir do passado.

A figura do Imperador estaria mais para “rei philosopho” do que “rei cavaleiro”, mais próxima de “Marco Aurelio” do que “Cesar”, amando mais os dotes da escrita de um autor do que os feitos de um guerreiro, mais observador que apaixonado, dava o exemplo pela “summa tolerancia” e “nobreza”. O texto “O centenario de Pedro II”, publicado no *Jornal do Brasil* e posteriormente republicado na Revista, destaca que foi um homem carregado de virtudes, mais um “concidadão” do que rei (*Jornal do Brasil*, 1925, p. 821). Há aqui o desenho de mais um traço presente na construção biográfica do Imperador, isto é, a figura do rei cidadão, sendo por vezes mais cidadão do que rei. Em alguns momentos de sua vida, se portou e vestiu-se como um “monarca-cidadão”, “de jaquetão e à paisana”, andava pelas ruas, comparecia nos colégios, ginásios e presidia exames (SCHWARCZ, 1998, p. 320) como um homem comum, um exemplo de cidadão brasileiro.

Detentor da maior de todas as virtudes, a bondade, nas palavras de Berilo Neves (1899-1974) no texto “A missão do Império”, d. Pedro II nunca proferiu palavra de ódio ou rancor, nem mesmo

quando foi deposto do trono. O reconhecimento do Imperador como tal vinha da República, que, segundo o letrado, já estava bastante solidificada e prestigiada para não reconhecer o papel desempenhado pela ação do Império e de Marco Aurelio – se referindo a d. Pedro II. Era um Imperador filósofo, sábio como poucos do seu tempo. O Império é reconhecido por Neves como responsável por cumprir a história da nação, para ele não há condenação do passado, pois este período de meio século foi marcado por honestidade, justiça e patriotismo. Se houvesse manchas a ofuscar o Segundo Reinado, bastariam as virtudes cristãs de Pedro II para iluminar o seu tempo. Conforme a narrativa do autor há a construção de uma crença não só no Imperador, bem como no tempo em que viveu, uma crença que parece demonstrar um sentimento nostálgico do autor em relação ao passado imperial. Conforme destaca Neves, a bondade seria a maior de todas as virtudes, e a imagem de d. Pedro II é construída como a de “imperador filósofo”, “sábio”, além de ser lembrado pelas suas virtudes cristãs.

O longo reinado de Pedro II foi construído pela prática ininterrupta das virtudes cívicas e domésticas que constituíram um alimento fundamental para a sustentação do caráter nacional, conforme é destacado no texto de Balthazar da Silveira, “D. Pedro II, Homem de Bem”. D. Pedro II é apontado como um Imperador “generoso e honesto”, contemplado durante o meio século de reinado como magnânimo e sábio que não cometeu nenhum ato de ilegalidade para satisfazer seus interesses, conquistou a admiração de seus concidadãos, a veneração dos estadistas, sábios e admiração de reis e príncipes.

[...] a veneração dos estadistas e dos sábios, que o olhavam com o mais profundo respeito, a admiração dos monarcas, que o escolheram para arbitro de pleitos de summa importância internacional e a perenne gratidão dos bons brasileiros da actualidade, que, libertos de falsos preconceitos, contemplam, ungidos de verdadeiro entusiasmo cívico, a suba obra em prol do nosso engrandecimento moral e intellectual (SILVEIRA, 1925, p. 907).

Novamente destacado por sua tolerância e bondade, o monarca também é visto como prudente. Os atributos, a tolerância, bondade e prudência, ajudaram a presidir a consolidação da nacionalidade, como é apresentado por Humberto Campos (1886-1934) no texto “O Século de Pedro II”. Desde o berço, existia a crença de que trazia o esplendor jamais visto pela América, que não foi precedido apenas de um temperamento ou tendência de espírito, mas da tristeza de sua infância e do ambiente melancólico em que se deu a sua formação individual. Idealizado como “príncipe perfeito”, “nascido ao sul do equador”, era a representação da “própria escatologia imperial”, significava a “promessa do futuro brilhante” (GUIMARÃES, 2009, p. 73). Quando assumiu o trono, aos 14 anos, “presente e passado se conjugavam na figura do único soberano americano”, ao mesmo tempo que ressalta a sua nacionalidade local, como tendo nascido na “Terra de Santa Cruz”, também se acentuava a sua origem ligada às “tradicionais linhagens europeias” (GUIMARÃES, 2009, p. 72).

Percebe-se que houve a crença de que suas virtudes ajudaram a determinar o Segundo Reinado como um Império próspero, de ordem e homogeneidade nacional. Além disso, subsiste a crença de que exerceu influência sobre todas as fontes da vida nacional, o que contribuiu para formação moral e mental do Brasil. A nação o teve como mestre, mentor, guia e pai. Em consideração a isso, Humberto Campos ressalta que a Nação deve ser grata a sua memória:

Pedro II foi, assim, como o seu longo reinado, e com a influencia pessoal que exerceu sobre todas as fontes da vida nacional, o formador moral e mental do Brasil. A sua continuidade de acção assegurou ao paiz uma invidualidade definida, um espirito nacional que talvez não tivesse, se, em vez de obedecer á orientação segura de um só homem, tivesse dependido, antes de tempo, das oscilações, nem sempre benéficas, quando inoportunas dos governos transitórios. Teve a nação, nelle, o seu mestre, o seu mentor. E nesse mentor foi mais que um guia: foi um pae (CAMPOS, 1925, p. 966).

Mais uma vez, percebe-se que há uma repetição na construção biográfica da imagem de d. Pedro II como pai, mentor, condutor, guia do seu povo e da nação. Além do texto de Humberto Campos, essas repetições se dão nas narrativas dos autores Antonio Candido Rodrigues e Laudelino Freire. A imagem do rei sábio, Imperador filósofo associado às letras, artes e ciências também são ideias bem reiteradas nessas narrativas biográficas, presentes, como apresentado, na autoria anônima do *Jornal do Commercio*, no texto de Alfredo Silveira, Laudelino Freire, Berilo Neves e Alfredo Nascimento. A partir dessa repetição, que caracterizou a prática de escrita desses homens de letras pela Revista do IHGB, pareceu haver uma crença nessa história de vida, contemplada como modelar e moralizante para se alcançar o progresso do país. Há aqui os usos biográficos do Imperador a partir de suas ações no passado, mobilizadas de maneira repetitiva pelas narrativas da RIHGB.

O discurso do prefeito do Rio de Janeiro, Alaor Prata (1882-1964), presente dentre as narrativas da RIHGB, apresentou seus sentimentos de gratidão em celebrar a dignidade da cerimônia que participava, por ocasião da inauguração da estátua de d. Pedro II. Em seu discurso, o monarca é lembrado como o democrata que se diferenciou não apenas pelas suas qualidades do berço, mas também pelas suas ações políticas, as quais se revelaram por meio de seus exímios talentos e virtudes. Além da sua construção como democrata, é erigida a figura de Pedro II como republicano. Pela sua análise sobre a figura do Imperador, a impressão que Alaor Prata guardava era de que o monarca era antes de tudo um “republicano”, e que infelizmente, pela fatalidade do nascimento, teve que assumir a coroa imperial.

Devo ainda confessar-vos, meus senhores, que, examinado particularmente a figura interessantíssima de Pedro II, sempre me fica a impressão de que elle era antes de mais nada um republicano, a quem a fatalidade do nascimento reservara o árduo dever de cingir a uma corôa imperial (PRATA, 1925, p. 1029).

A ideia do Imperador como republicano era reforçada pelo seu desapego “às pompas da realeza”, visto que sua vida fora marcada por uma formosa “aureola de simplicidade empolgante” (PRATA, 1925, p. 1030), por uma incansável preocupação com o bem público, interesse pelas causas

políticas e administrativas e grande carinho pelas letras, artes e ciências, valores esses os quais demonstravam o amor que o imperante guardava com a sua pátria.

Outra construção biográfica mobilizada pela Revista é a figura do abolicionista, conforme destaca o texto “O centenario de Pedro II”, publicado originalmente no *Jornal do Brasil*. Dada a sua preocupação nobre de “servir o ideal da humanidade”, defende-se que o imperador se empenhou no processo gradual de libertação dos escravizados, uma vez que reconhecia que a libertação era uma reforma e uma medida necessária para o bem da ordem pública. Reprimiu e suprimiu o tráfico no ano de 1850 (Lei Eusébio de Queirós) e permitiu que fossem libertados os nascidos em 1871 (Lei do Ventre Livre), ações vistas como uma tentativa de se projetar como “rei liberal” aos olhos da Europa, tentativa que, por sua vez, soou como fingida aos adversários. Em 1884, aceitou o projeto de 15 de julho (Lei dos Sexagenários) visando “engodar o abolicionismo”, ou seja, enganar a obra abolicionista para que a mesma não se efetivasse (*Jornal do Brasil*, 1925, p. 809). Na operação de sua escrita, o autor anônimo visa expor críticas feitas por adversários do governo para serem, em seguida, contestadas, a fim de defender o Imperador. Entre as críticas é citado ministério de d. Pedro II, considerado como o mais violento já existente e que o projeto abolicionista era atrasado.

E convém dizer que este ministério foi, no dizer dos seus adversários, o mais violento que já se conheceu. E o projeto abolicionista, depois de ser o projecto-fêra, antes da abolição, foi considerado, depois della feita, um projecto atrasado! (*Jornal do Brasil*, 1925, p. 810).

Em 1888, Pedro II permitiu a aprovação da lei de 13 de maio, conhecida como Lei Áurea, “coroando a obra do abolicionismo”, não só porque a libertação era algo que estava em pauta, mas sim, em benefício da ordem pública e com a intenção de “atrair a corôa as sympathias da abolição” (*Jornal do Brasil*, 1925, p. 810).

Mediante o que foi colocado, o Jornal aponta um visível erro e discorda sobre as opiniões, as considerando como extremas. De acordo com o Jornal, o Imperador foi considerado abolicionista tanto pela sua função de rei, quanto por sua missão como chefe de Estado. Conforme a argumentação, por mais intensos que fossem seus sentimentos pró abolicionistas, tinha plena consciência de que a riqueza do país estava assentada na agricultura e, por sua vez, esta estava assentada no cativeiro. Em defesa ao Imperador, é destacado que os seus sentimentos filantrópicos eram oprimidos pela difícil situação de convencer os próprios que estavam em situação de cativeiro sobre a necessidade de abolir o tráfico, e, além do mais, havia a necessidade de conciliar interesses, questões políticas e judiciárias. Dessa forma, era pretendido que houvesse uma eliminação da escravidão de forma gradual, pelo concílio das exigências da humanidade com as exigências das circunstâncias.

As estruturas econômica e social escravistas estiveram na base da formação do Estado nacional brasileiro (SALLES, 2013, p. 161). O “edifício institucional” o qual dava subsídio ao Segundo

Reinado era sólido, pois se pautava sobre a força material e a riqueza proveniente da escravidão (SALLES, 2013, p. 10). Houve, neste período, a formação de uma “hegemonia de classe” a qual correspondeu aos grandes latifundiários de terras e de mão de obra escrava. Esse grupo hegemônico foi construído a partir do processo de constituição do próprio Estado imperial, havia uma conexão íntima entre o Estado e a classe de proprietários escravistas (SALLES, 2013, p. 11).

Neste contexto, o Imperador fazia usufruto de um certo contingente de escravizados, conhecidos como “escravos da Nação” ou escravos nacionais, os quais detinham um tratamento diferenciado por serem “escravos estatais” (ROCHA, 2012). Antes de escravos, eram considerados os protegidos do Imperador. Estes recebiam salário pelo empenho de seu trabalho, os filhos destes frequentavam as escolas fundadas pelo Imperador e neste espaço recebiam instrução primária e de caráter religioso.

A construção da imagem do Imperador abolicionista se evidencia a partir da sua ação libertadora dos escravos que foram lutar no exército na Guerra do Paraguai. Em sua propriedade em Santa Cruz, próximo ao Rio de Janeiro, libertou mulheres e os filhos dos defensores da pátria, se referindo aos que foram combater na Guerra do Paraguai. Também são apontadas as convicções emancipadoras do imperante em uma viagem que o mesmo fizera a São Paulo, demonstrando seus sentimentos em relação aos infelizes cativos que se encontravam nas cadeias. Assim, a partir da seleção desses passados mobilizados pela Revista, criou-se a imagem do Imperador abolicionista.

No entanto, há um duplo na construção dessa imagem. Se por um lado conservou um sentimento de compaixão à situação dos cativos, em que podemos enxergar a imagem do Imperador abolicionista, por outro, há a imagem de um Imperador escravista, uma vez que reinou por muito tempo sob a condição de um país escravista e, mesmo que tenha admitido a possibilidade de extinção do trabalho escravo, “achava que toda prudência era pouca nesse assunto e, se estivesse no país em maio de 1888, não teria sido assinada a lei áurea” (Holanda, 2010, p. 142 Apud CEZAR, 2018, p. 84).

Apesar das críticas apontadas pelo Jornal, o que prevalece na narrativa é a construção da figura do Imperador abolicionista, marcada pela ação processual no combate à escravidão, pois entendia que a emancipação era uma reforma necessária para o bem da ordem pública. Dessa feita, é apontado pelo periódico que o mesmo suprimiu o tráfico, libertou os nascidos, criou condições que pudessem facilitar a libertação das pessoas, as quais foram ilegalmente escravizadas. É alegado que o Imperador foi conduzido por sentimentos filantrópicos, mas, antes de tudo, exerceu sua função de rei e tentou conciliar interesses a fim de eliminar aos poucos a escravidão.

O *Jornal* destaca sua participação ativa no processo de libertação da mão de obra escravizada, através da concessão de liberdade àqueles que estavam em condição de escravidão em sua propriedade. As críticas e acusações, como a tentativa fingida de se projetar como “rei liberal”, o ministério violento e o projeto abolicionista atrasado foram entendidas pelo autor do artigo

publicado no Jornal como opiniões extremas e que apresentavam erros. Tais questões não contribuiriam para pensar a construção biográfica do Imperador e também foram encaradas como falaciosas e demasiadas pela RIHGB. Coube a essa instituição do saber preservar e enfatizar uma determinada imagem imperial e desbancar qualquer interpretação que estivesse longe disso. Reservou a esse lugar social realizar uma *operação historiográfica* seletiva do passado, lembrando alguns momentos e esquecendo outros. O tempo passado referente à trajetória de Pedro II, lembrado como “homem de virtudes”, é recortado com a intenção de recordar bons momentos e articulá-los com a construção do tempo republicano pelo lugar social, a Revista do IHGB, caracterizada por um tipo de escrita atravessado por “práticas científicas” dos letrados, marcado por narrativas de glorificação, louvor e reiterados elogios sob demanda das questões políticas e sociais do seu tempo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Revista do IHGB desempenhou um papel fundamental na criação das imagens biográficas do Imperador e seu Império. Por meio de uma narrativa marcada em grande medida pela prática de escrita de tom moralizante e modelar, mobilizou usos biográficos de um passado imperial. O “consolidador da nacionalidade”, o “rei sábio”, “patriota”, “magnânimo”, “chefe da nação brasileira”, “representante da realeza”, arauto de seu povo, grande vulto, pacificador, entusiasta das letras, artes e ciência, Imperador viajante, homem virtuoso, valoroso, tolerante, modelo de soberania, de excelência moral e política, pai, herói nacional, abolicionista, republicano e rei cidadão foram algumas das imagens mais recorrentes na construção biográfica imperial e apontam para uma forma de ensinamento cívico de uma vida exemplar e pedagógica, constituindo-se como uma coleção de exemplos. Por meio dessas escritas biográficas são formados retratos morais dessa personalidade histórica que pareceu conduzir e instruir a conduta de outros. A Revista enalteceu e selecionou alguns momentos no passado em detrimento de outros, os quais deviam ser esquecidos, e a produção dessa história esteve circunscrita a determinações próprias da instituição.

Esse discurso que guia, instrui e ensina faz sentido no contexto em que se apresentava o período Republicano, marcado por vários problemas de governabilidade, instabilidade e ineficiência (GOMES; ABREU, 2009, p. 8). Havia um conjunto de mazelas que caracterizavam o regime republicano⁵, como o “caciquismo eleitoral, das fraudes, do clientelismo e da ausência de direitos”, além dos problemas advindos da criação de um “federalismo desigual”, que ocasionou disparidades regionais e se colocam ainda vigentes (VISCARDI; ALENCAR, 2016, p. 11). Para além dos problemas

⁵ A República não se resume a problemas políticos e sociais, cabe destacar a importância e a riqueza do período para o debate de ideias e a experimentação de ações políticas e culturais do Brasil. Foi um tempo marcado pela intensa busca da modernidade e decisivo na constituição do campo da historiografia brasileira (GOMES, 2009, p. 21, 23 e 24; GOMES; ABREU, 2009, p.2).

políticos e sociais, cabe destacar que os políticos e intelectuais não conseguiram formar com êxito um “imaginário republicano” e muito menos um “sentimento cívico de amor à nova pátria” (GOMES; ABREU, 2009, p. 9). Os esforços da República em criar uma simbologia “sem raiz na vivência coletiva” afundaram-se no vazio (CARVALHO, 2017, p. 141). Frente a isso, fazia-se necessário um olhar para o passado com a intenção de aprender com o Império e com o Imperador. O próprio movimento comemorativo significou esse olhar ao passado monárquico. Em outras palavras, consistiu em fazer usos deste tempo, trazendo inspiração e ensinamentos para o presente em questão.

A construção biográfica de Pedro II foi moldada por um discurso pautado nas virtudes e serviu como um modelo moral edificante, a qual buscou educar e transmitir valores dominantes. A montagem dessa figura tão virtuosa guarda proximidade com a biografia de heróis antigos no discurso biográfico. A narrativa da vida do Imperador se aproxima à da vida de um santo, por tamanho caráter exemplar e virtuosidade.

Portanto, percebe-se que as páginas impressas da Revista difundem um valor heroico da imagem de Pedro II, narrando um modelo de vida exemplar. Assim, não parece exagerado enxergar na República a figura de d. Pedro II como um guia exemplar, como bem se notou pelas narrativas da Revista que fizeram o uso desse passado. O projeto de escrita do IHGB na elaboração desse farto material consistiu em produzir um modelo de vida quase universal, como muito bem se observou pelo discurso de Afonso Celso quando ele idealiza o modelo de soberano universal. As construções do Imperador para a República se faziam presentes na tentativa de vencer o esquecimento, transmitir e imortalizar a ação do monarca, a qual estava presente na lembrança dos letrados que, por sua vez, buscavam perpetuar tal memória aos pósteros, a fim de cristalizar as condutas do Imperador na memória coletiva republicana, instruir e construir sentido para o agir. Como se pôde observar nas narrativas analisadas neste texto, a Revista procurou empreender usos biográficos do passado monárquico, e o fez a partir da seleção de memórias/história deste passado, as quais se mostraram sedutoras ao tempo presente. A prática de escrita pelos letrados ao construírem a imagem do monarca esteve marcada por uma narrativa de glorificação, louvor e repetidos elogios sob demanda das questões políticas e sociais daquele tempo republicano.

REFERÊNCIAS

Fontes

ALENCAR, Mário. D. Pedro II. *RIHGB*, Rio de Janeiro, t. 98, v. 152, p. 169-173, [1925], 1927.

CAMPOS, Humberto. O Século de Pedro II. *RIHGB*, Rio de Janeiro, t. 98, v. 152, p. 826-828, [1925], 1927.

CELSON, Afonso. Gloria ao magnânimo. *RIHGB*, Rio de Janeiro, t. 98, v. 152, p. 786-789, [1925], 1927.

FREIRE, Laudelino. Pedro II e o conceito universal em que foi tido. *RIHGB*, Rio de Janeiro, t. 98, v. 152, p.866-869, [1925], 1927.

Jornal do Brasil. O centenario de Pedro II. *RIHGB*, Rio de Janeiro, t. 98, v. 152, p. 796-825, [1925], 1927.

Jornal do Commercio. O centenario de Pedro II. *RIHGB*, Rio de Janeiro, t. 98, v. 152, p. 537-555, [1925], 1927.

MONTEIRO, Tobias. A tolerancia do imperador. *RIHGB*, Rio de Janeiro, t. 98, v. 152, p.150-161, [1925], 1927.

NASCIMENTO, Alfredo. O patriotismo do imperador. *RIHGB*, Rio de Janeiro, t. 98, v. 152, p.132-141, [1925], 1927.

PIMENTEL, A. Mesquita. D. Pedro II. *RIHGB*, Rio de Janeiro, t. 98, v. 152, p. 565-570, [1925], 1927.

PRATA, Alaor. Inauguração da estatua de Pedro II – Discurso do sr. Alaor Prata. *RIHGB*, Rio de Janeiro, t. 98, v. 152, p.1028-1030, [1925], 1927.

REVISTA DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRAPHICO BRASILEIRO. *Instituto Histórico e Geographico Brasileiro* (1925). Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, t. 98, v. 152, 1927.

RODRIGUES, Antonio C. O maior dos brasileiros. *RIHGB*, Rio de Janeiro, t. 98, v. 152, p. 11-13, [1925], 1927.

SILVEIRA, Alfredo B.. D. Pedro II defensor da unidade nacional. *RIHGB*, Rio de Janeiro, t. 98, v.152, p. 571-575, [1925], 1927.

SILVEIRA, Balthazar. D. Pedro II, Homem de Bem. *RIHGB*, Rio de Janeiro, t. 98, v. 152, p. 907-910, [1925], 1927.

Bibliografia

ALONSO, Angela. Arrivistas e Decadentes. O debate político-intelectual brasileiro na Primeira década republicana. *Novos Estudos CEBRAP* (Impresso), v. 85, p. 131-148, 2009.

ARAUJO, Valdei L.. Sobre a permanência da expressão história magistra vitae no século XIX brasileiro. In: ARAUJO, Valdei L.; MOLLO, Helena M.; NICOLAZZI, Fernando.. (Org.). *Aprender com a história? O passado e o futuro de uma questão*. Rio de Janeiro: FGV, 2011, p. 138.

AVELAR, Alexandre de Sá. Entre a tradição e a inovação: o IHGB e a escrita biográfica nas primeiras décadas republicanas. *História da Historiografia: International Journal of Theory and History of Historiography*, v. 13, n. 33, p. 397-429, 8 ago. 2020.

BENTIVOGLIO, Julio Cesar. A História no Brasil Imperial: A produção historiográfica na Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1839 – 1850). *História: Questões & Debates*, vol. 63, n.2, 2015.

CARVALHO, José Murilo de. *A formação das almas: o imaginário da República no Brasil*. 2ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

CERTEAU, Michel de. *A Escrita da História*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007.

_____. Uma variante: a edificação hagio-gráfica. In: *A escrita da história*. Tradução de Maria de Lourdes Menezes. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007.

CEZAR, Temistocles. *Historia magistra vitae*. Ensaio sobre a (in)definição do topos nos projetos de escrita da história do Brasil no século XIX. In: PROTÁSIO, Daniel Estudante. (Org.). *Historiografia, Cultura e Política na Época do Visconde de Santarém*. 1ed.Lisboa: Editora do Centro de História da Universidade de Lisboa, 2019, v. 01, p. 21-44.

_____. Lição sobre a escrita da história. *Historiografia e nação no Brasil do século XIX. Diálogos* (Maringá), Maringá - Paraná, v. 8, p. 11-29, 2004.

_____. O que fabrica o historiador quando faz história, hoje? Ensaio sobre a crença na história (Brasil séculos XIX-XXI). *Revista de Antropologia (São Paulo)*, v. 61, p. 78-95, 2018.

DETONI, Piero di Cristo Carvalho. “*Pacifica Scientiae Occupatio*”: a experiência historiográfica no IHGB na Primeira República. Tese (Doutorado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2021.

DOSSE, François. *O desafio biográfico: escrever uma vida*. Trad. Gilson César Cardoso de Souza. São Paulo: EDUSP, 2015.

ENDERS, Armelle. *Os vultos da nação: fábricas de heróis e formação dos brasileiros*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2014.

FAGUNDES, Luciana Pessanha. *Do exílio ao Panteão: D. Pedro II e seu reinado sob olhares Republicanos*. Curitiba: Editora Prismas, 2017.

GOMES, Angela de Castro. *A República, a História e o IHGB*. Belo Horizonte: Argvmentvm, 2009. _____; ABREU, Martha. “Uma nova ‘velha’ República: um pouco de história e historiografia”. *Tempo, Revista do Departamento de História da UFF*, n. 26, vol.13, jan.2009; pp. 11-24.

GUIMARÃES, Lucia Maria Paschoal. “*Debaixo da imediata proteção de sua majestade imperial*”: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1838-1889). 2ª. Edição – São Paulo: Annablume, 2011.

_____. *Da escola palatina ao silogeu: Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1889- 1938)*. Rio de Janeiro: Museu da República.

_____. Produção e disseminação do conhecimento histórico no Oitocentos: a Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. In: Cristiano Alencar Arrais; Julio Bentivoglio. (Org.). *As revistas de história e as dinâmicas do campo historiográfico*. 1ed.Vitória (ES): Milfontes, 2017, v. 1, p. 26-45.

GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. *Nação e Civilização nos Trópicos: O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o projeto de uma História Nacional*. *Estudos Históricos*, v. 1, n. 1, p. 5-27, 1988.

_____. *Usos da história: refletindo sobre identidade e sentido*. *História em revista, Pelotas*, v. 6, 2000

HARTOG, François. *Crer em história*. Belo Horizonte: Autêntica, 2017.

_____. *Regimes de historicidade*: Presentismo e experiências do tempo. São Paulo: Autêntica, 2013. p. 272.

KOSELLECK, Reinhart. Estratos do tempo. *Estratos do tempo*: estudos sobre história, Rio de Janeiro: Contraponto/PUCRJ, p. 73-89, 2014.

_____. *Futuro passado*: contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto: Ed. PUC-Rio, 2006.

_____.; MEIER, Christian; GÜNTHER, Horst; ENGELS, Odilo. *O conceito de história*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2013.

LUCA, Tania Regina de. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org.). *Fontes Históricas*. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2006.

OLIVEIRA, Lúcia Lippi. “As festas que a República manda guardar”. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, n. 4, p. 172 – 189, 1989/2.

OLIVEIRA, Maria da Glória de. Traçando vidas de brasileiros distintos com escrupulosa exatidão: biografia, erudição e escrita da história na Revista do IHGB (1839-1850). *História (São Paulo)*, v. 26, p. 154-178, 2007.

_____. Biografia e história magistra vitae: sobre a exemplaridade das vidas ilustres no Brasil oitocentista. *Anos 90 (Online)* (Porto Alegre), v. 22, p. 273-294, 2015.

_____. Fazer história, escrever a história: sobre as figurações do historiador no Brasil oitocentista. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 30, n. 59, p.37-52, jul. 2010.

ROCHA, Ilana Peliciari. “Escravos da Nação”: o público e o privado na escravidão brasileira, 1760-1876. 2012. Tese (Doutorado em História) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012. Acesso em: 2022-08-18.

SALLES, Ricardo. *Nostalgia Imperial*: escravidão e formação da identidade nacional no Brasil do Segundo Reinado. Rio de Janeiro: Editora Ponteio, 2013.

SCHWARCZ, Lília Moritz. *As barbas do imperador*: D. Pedro II, um monarca nos trópicos. 1ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

SILVA, Helenice Rodrigues da. “Rememoração”/comemoração: as utilizações sociais da memória. *Rev. Bras. Hist.* [online]. 2002, vol.22, n.44, pp.425-438. ISSN 1806-9347.

VISCARDI, Cláudia. M. R.; Alencar, J.A. (Org.). *A república revisitada*: construção e consolidação do projeto republicano brasileiro. 1. ed. Porto Alegre: EdPUCRS, 2016.